

ARTIGO

ESPAÇOS SEGUROS OU ESPAÇOS POLÍTICOS? A DIMENSÃO
MICROPOLÍTICA DOS AMBIENTES LGBTQIAPN+Miguel Ferreira Júnior¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4656-172X>. E-mail: miguelferreira.psicologo@gmail.com.

RESUMO

O presente ensaio teórico analisa a dimensão micropolítica dos ambientes LGBTQIAPN+, investigando a tensão e a complementaridade entre o acolhimento psicológico e a resistência política. A partir dos pressupostos teóricos de Suely Rolnik, nomeadamente nas obras *Esferas da Insurreição* e *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, discute-se como os chamados "espaços seguros" transcendem a função de abrigo para se configurarem como laboratórios de novos modos de vida. A análise inicia-se com a contextualização histórica da Revolta de Stonewall, resgatando-a como uma irrupção do "corpo vibrátil" contra a captura colonial-capitalística da subjetividade. Estruturado em três eixos, o texto explora, primeiramente, a segurança psicológica como solo fértil para a descolonização do desejo e a reconstrução de identidades fragmentadas pela violência. Em seguida, aborda a transição do acolhimento para o ativismo cotidiano, onde o espaço se torna uma microterritorialização de práticas de cuidado. Por fim, examina a construção coletiva de narrativas como ferramenta de combate à hegemonia e à invisibilidade. Conclui-se que a eficácia destes ambientes reside na indissociabilidade entre cuidado e política, sustentando que um espaço só é verdadeiramente seguro quando se mantém como um dispositivo político de reinvenção constante da existência, evitando a armadilha do assistencialismo despolitizado.

Palavras-chave: Micropolítica. Espaços Seguros. LGBTQIAPN+. Subjetividade.

ABSTRACT

This theoretical essay analyzes the micropolitical dimension of LGBTQIAPN+ environments, investigating the tension and complementarity between psychological support and political resistance. Drawing on the theoretical framework of Suely Rolnik, specifically her works *Spheres of Insurrection* and *Micropolitics: Cartographies of Desire*, it discusses how so-called "safe spaces" transcend their function as shelters to become laboratories for new modes of existence. The analysis begins with the historical contextualization of the Stonewall Riot,

reclaiming it as an eruption of the "vibrant body" against the colonial-capitalistic capture of subjectivity. Structured into three axes, the text first explores psychological safety as a fertile ground for the decolonization of desire and the reconstruction of identities fragmented by violence. Next, it addresses the transition from support to everyday activism, where the space becomes a micro-territorialization of care practices. Finally, it examines the collective construction of narratives as a tool to combat hegemony and invisibility. The essay concludes that the effectiveness of these environments lies in the inseparability of care and politics, arguing that a space is only truly safe when it functions as a political device for the constant reinvention of existence, avoiding the trap of depoliticized welfare.

Keywords: Micropolitics. Safe Spaces. LGBTQIAPN+. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO: DO GUETO À INSURREIÇÃO SUBJETIVA

A história das dissidências sexuais e de gênero é, intrinsecamente, uma história de disputa por território. Antes que o conceito contemporâneo de "espaço seguro" ganhasse contornos institucionais, a sobrevivência de corpos que fugiam à norma colonial-capitalística dependia da criação de zonas de refúgio, muitas vezes situadas nas margens geográficas e sociais. Esses locais, inicialmente marginalizados como guetos, constituíam os primeiros ensaios de uma micropolítica da existência, onde o simples ato de permanecer vivo e visível configurava uma afronta às estruturas de poder vigentes (Trevisan, 2018).

Nesse cenário, a Revolta de Stonewall, em 1969, não deve ser lida apenas como um marco cronológico ou um evento isolado de insurgência civil, mas como uma irrupção radical da micropolítica. O bar Stonewall Inn, embora precário e sob constante vigilância policial, funcionava como um "espaço seguro" rudimentar que permitia o encontro de subjetividades interditas (Trevisan, 2018). A explosão da revolta simbolizou o momento em que o corpo vibrátil¹ (Rolnik, 2018), saturado pela repressão, não pôde mais suportar o sufocamento de sua potência vital pela força do Estado.

A análise de Rolnik sobre o inconsciente colonial-capitalístico permite compreender que Stonewall foi o limite da "cafetinagem" da vida. Segundo Rolnik (2018, p. 23), "o que está em jogo é a própria força de criação e sua potência de diferenciação", que em Stonewall deixou de ser reprimida para se tornar ação coletiva. Aquele bar, enquanto território de afetos e perigos,

¹ O conceito de "corpo vibrátil", formulado por Suely Rolnik, refere-se à capacidade sensorial do corpo de ser afetado pelas forças do mundo ao seu redor, indo além da percepção racional ou visual. Enquanto nossa percepção comum reconhece formas e objetos, o corpo vibrátil capta o mundo como um campo de forças vivas, permitindo que o sujeito sinta as tensões e transformações da realidade antes mesmo de transformá-las em pensamento ou linguagem.

transformou-se no palco onde o desejo, cansado de ser explorado e humilhado, reivindicou a soberania sobre o próprio corpo e o direito ao espaço.

De modo análogo, a resistência no Brasil seguiu cartografias próprias, onde a exclusão social forçou a criação de territórios de liberdade em meio à hostilidade. Conforme aponta Trevisan (2018), a homossexualidade brasileira sempre buscou brechas na moralidade vigente para instaurar modos de vida dissidentes, mesmo sob regimes de exceção. A ocupação de centros urbanos e a criação de redes de apoio mútuo demonstram que a micropolítica do acolhimento foi, desde o início, uma estratégia de sobrevivência política frente à necropolítica de Estado.

Contudo, a contemporaneidade nos impõe a necessidade de problematizar o conceito de espaços seguros (*Safe Spaces*). Embora esses espaços sejam vitais para garantir a integridade física de sujeitos em situação de vulnerabilidade, existe o risco de que se transformem em refúgios isolados, operando sob uma lógica puramente reativa. Se o espaço seguro se limita a ser um escudo contra o mundo exterior, ele pode acabar reforçando o que se chama de "subjetividade lúmpen", onde a identidade se fecha em si mesma e perde a capacidade de afetar e ser afetada pelo fora.

No escopo deste ensaio, o conceito de "espaços seguros" não é compreendido como uma abstração geográfica, mas como o que Guattari e Rolnik (1996) definem como "agenciamentos coletivos de enunciação". Sob essa perspectiva, o texto refere-se a ambientes heterogêneos que compartilham a função de resistir à captura da potência vital, abrangendo desde organizações da sociedade civil e casas de acolhimento, até espaços culturais, coletivos políticos e estabelecimentos de sociabilidade, como bares e centros comunitários. Tais locais são aqui interpretados como territórios onde o "corpo vibrátil" (Rolnik, 2018) encontra condições mínimas para suspender a anestesia sensorial imposta pela norma, permitindo que a vulnerabilidade seja processada coletivamente e transmutada em força de criação. Assim, o "seguro" em questão não remete a um isolamento asséptico, mas à existência de uma rede de cuidados que permite o exercício da alteridade sem o risco iminente de aniquilação física ou subjetiva.

Para Guattari e Rolnik (1996), a subjetividade é uma produção constante que ocorre em agenciamentos coletivos. Quando um ambiente LGBTQIAPN+ se fecha excessivamente para manter a "segurança", ele corre o risco de estancar os fluxos de desejo e transformação. A segurança psicológica, nesse sentido, não deve ser confundida com a ausência de conflito ou com o apagamento da alteridade, mas sim como a base necessária para que o indivíduo recupere sua força de insurgência contra os padrões normativos.

O desafio central reside em entender o espaço não como um porto seguro estático, mas como um campo de forças² (Rolnik, 2018). Um ambiente verdadeiramente micropolítico é aquele que permite a expressão do mal-estar diante da norma e, em vez de apenas anestesiá-lo com o acolhimento, transforma-o em matéria-prima para a criação de novos modos de existência. É a transição de um espaço de proteção para um espaço de produção em processo de singularização, que recusam a pacificação imposta pela lógica de mercado.

Nesse sentido, Ferrari e Mazzei (2021) provocam uma reflexão necessária sobre a constituição dos sujeitos vinculada a esses territórios. "Quais são os espaços seguros para as homossexualidades?" (p. 30). Essa pergunta sugere que a segurança não é uma propriedade do lugar, mas um efeito das relações de saber-poder que ali circulam. Portanto, o espaço seguro precisa ser politizado para não se tornar uma mercadoria da "diversidade" que serve apenas para integrar o sujeito ao consumo sem transformar sua condição existencial.

A dimensão micropolítica desses ambientes reside, portanto, na capacidade de sustentar a tensão entre o cuidado e a resistência. A vida não cafetinada exige que o acolhimento seja um trampolim para a insurreição subjetiva, e não um fim em si mesmo. Ao olharmos para a gênese desses espaços, desde os bares clandestinos até os modernos centros de acolhimento, percebemos que a política do sensível sempre esteve presente, operando na desconstrução das narrativas hegemônicas que tentam reduzir a existência LGBTQIAPN+ à patologia ou ao pecado.

É necessário, portanto, aprofundar a investigação sobre como esses territórios se configuram como laboratórios de experimentação social. O espaço político é aquele que acolhe o corpo vulnerável sem destituí-lo de sua potência de agir, mantendo aberta a ferida da alteridade que nos obriga a criar. Esta introdução propõe que a análise dos ambientes LGBTQIAPN+ deve ir além da superfície da assistência, mergulhando nas correntes micropolíticas que definem a luta pela reconquista do território existencial e pela reinvenção das formas de estar no mundo.

No que tange às escolhas terminológicas, cumpre esclarecer que os termos “espaços”, “territórios” e “ambientes” são empregados neste ensaio como sinônimos complementares. Tal opção justifica-se pela compreensão de que esses locais não se restringem a uma dimensão geográfica ou física, mas constituem-se como campos de forças onde a vida se expressa. Assim, a alternância vocabular busca abarcar a complexidade das microterritorializações

² Termo que designa a realidade como um conjunto dinâmico de intensidades e tensões. Para Rolnik, o campo de forças é a dimensão invisível da vida que afeta nosso "corpo vibrátil", exigindo que a subjetividade se reinvente constantemente para dar conta das mudanças e pressões do meio social e político.

LGBTQIAPN+, enfatizando ora a sua infraestrutura de acolhimento (ambiente), ora a sua dimensão política de ocupação e resistência (território), sem que haja, contudo, uma diferenciação conceitual estrita que fragmente a unidade da argumentação.

O objetivo central deste ensaio teórico é, portanto, objetivo analisar a dimensão micropolítica dos ambientes LGBTQIAPN+, investigando a tensão e a complementaridade entre o acolhimento psicológico e a resistência política. Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico, fundamentado em uma revisão bibliográfica que toma como eixo central o referencial de Suely Rolnik, especificamente as obras *Esferas da Insurreição* e *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. O percurso analítico não pretende uma revisão bibliográfica exaustiva, mas sim uma incursão crítica e reflexiva que utiliza a produção de autores como Guattari, Rolnik e Trevisan como interpositores para pensar a subjetividade dissidente frente ao regime colonial-capitalístico.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste ensaio organiza-se a partir da compreensão da subjetividade como um campo de forças em constante disputa, onde o acolhimento e a política se entrelaçam para dar suporte ao que Rolnik (2018) denomina como "corpo vibrátil". Para analisar a dimensão micropolítica dos ambientes LGBTQIAPN+, a discussão divide-se em três movimentos complementares.

Primeiramente, examina-se como a segurança psicológica atua como o solo necessário para a descolonização do desejo e a reconstrução de identidades fragmentadas pela violência estrutural. Em um segundo momento, discute-se a transição desse acolhimento para o ativismo cotidiano, onde o espaço físico transmuta-se em laboratório de experimentação social e modos de vida "não cafetinados". Por fim, investiga-se como a construção coletiva de narrativas e a preservação da memória funcionam como dispositivos de enfrentamento à hegemonia e à invisibilidade, consolidando o espaço seguro como um território eminentemente político.

2.1 A segurança psicológica como base para a cura e a construção de identidade

A compreensão dos espaços voltados ao público LGBTQIAPN+ exige, primeiramente, o reconhecimento da condição de vulnerabilidade extrema que os precede. Esses ambientes emergem como portos necessários para o que Duarte e Oliveira (2020) classificam como "vidas precárias", sujeitos cujas existências são marcadas pela instabilidade de direitos e pelo risco constante de apagamento físico e simbólico. Nesse contexto, a segurança psicológica não é um

luxo subjetivo, mas a condição primeira para a sobrevivência em um sistema que opera via necropolítica.

Para que um espaço se torne efetivamente um local de cura, ele deve atuar contra o que Rolnik (2018) denomina como a "cafetinagem" da vida. Segundo a autora, a vida é cafetinada quando a nossa potência vital e nossa capacidade de desejar são sequestradas pela lógica do mercado, transformando nossas angústias em produtos ou nossas identidades em nichos de consumo vazios de sentido político. O acolhimento, portanto, deve configurar-se como um dispositivo de descolonização do inconsciente, devolvendo ao sujeito a propriedade sobre seus próprios afetos.

A segurança proporcionada por esses ambientes permite que o indivíduo desarme os mecanismos de defesa erguidos contra o cisheteropatriarcado. Conforme Rolnik (2018) argumenta, o regime colonial-capitalístico nos impõe uma anestesia sensorial que nos impede de ouvir as urgências do corpo. Um espaço que oferece segurança psicológica funciona como um "pulmão", onde é possível voltar a respirar e a sentir o mal-estar da cultura sem ser esmagado por ele, permitindo que a dor seja o motor de uma nova subjetivação.

A eficácia dessa descolonização manifesta-se no compartilhamento de experiências. Ao observar instituições como a Casa 1, Ramos (2019) descreve como o acolhimento de jovens expulsos de seus lares rompe o isolamento traumático. O espaço seguro torna-se um lugar de fala onde o "eu" fragmentado pela violência doméstica e institucional encontra eco em outras trajetórias. Esse processo de espelhamento é fundamental para que o sujeito comece a colar os pedaços de uma identidade que lhe foi negada ou distorcida pela norma hegemônica.

Nesse processo de reconstrução, ocorre o que Guattari e Rolnik (1996) definem como a transição da identidade para a "singularidade". Enquanto a identidade pode ser uma categoria estática e, por vezes, aprisionadora, a singularidade é um processo aberto de diferenciação. Para os autores, "a produção de subjetividade é o que permite que uma coletividade se organize para resistir aos modelos de normalização" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 37). A segurança do ambiente é o que garante que essa singularização ocorra sem o medo da retaliação imediata.

É através desse solo fértil de confiança que o sujeito consegue recuperar sua força de criação. Rolnik (2018) enfatiza que o trauma coloniza a imaginação, fazendo com que a vítima acredite que não há outro mundo possível fora da submissão. O espaço seguro rompe essa barreira ao validar a existência do corpo dissidente. Quando o ambiente sustenta a integridade do sujeito, ele permite que a energia antes gasta na manutenção do medo seja redirecionada para a invenção de si mesmo.

A cura, nesse sentido micropolítico, não é um retorno a um estado "normal" de saúde, mas a recuperação da capacidade de criar novos territórios existenciais. Como aponta Ramos (2019), a produção de espaços abertos e visíveis é, em si, uma forma de fazer política. A segurança psicológica provida pelo coletivo atua como um antídoto ao veneno da invisibilidade, permitindo que a pessoa LGBTQIAPN+ deixe de se ver pelos olhos do opressor e passe a habitar o próprio corpo com autonomia.

Além disso, a construção de identidade nesses espaços não ocorre de forma isolada. A segurança psicológica é um fenômeno relacional. Conforme afirmam Guattari e Rolnik (1996), a subjetividade não é individual, mas circula entre os corpos. Em um ambiente protegido, o desejo deixa de ser uma falta e passa a ser uma produção coletiva. O acolhimento transmuta-se em força política no momento em que o sujeito percebe que sua "ferida" não é uma falha de caráter, mas um efeito de um sistema de dominação.

Entretanto, é preciso estar atento para que esse acolhimento não se torne paternalista, o que apenas trocaria um "cafetão" por outro. Rolnik (2018, p. 112) alerta que o cuidado deve servir para "reinstaurar a pulsão", e não para acomodar o sujeito em uma passividade assistencialista. O objetivo da segurança psicológica deve ser sempre a emancipação da potência vital, preparando o indivíduo para que ele possa, eventualmente, transitar do conforto do abrigo para o risco do embate político consciente.

Assim, o eixo do acolhimento se consolida como a base necessária para qualquer insurreição futura. Sem o restabelecimento da dignidade mínima e da saúde mental, a resistência política torna-se impossível ou autodestrutiva. A segurança psicológica é o primeiro passo para que o corpo vibrátil recupere sua sensibilidade e, munido de uma narrativa própria, possa começar a desenhar as cartografias de um mundo onde sua existência não seja mais considerada um erro ou uma ameaça.

2.2 A transição do acolhimento para o ativismo cotidiano (o espaço como laboratório político)

A passagem da proteção passiva para a ação afirmativa marca o amadurecimento micropolítico de um ambiente LGBTQIAPN+. Quando o espaço deixa de ser apenas um abrigo contra a violência externa, ele passa a operar como uma "microterritorialização" (Costa, 2017). Esse conceito implica que o território não é apenas um dado geográfico, mas uma construção de sentido feita através das práticas cotidianas, dos gestos e das formas de habitar o mundo que desafiam a hegemonia urbana e social.

Nesse estágio, o ambiente funciona como um verdadeiro laboratório de novos modos de vida. Para Guattari e Rolnik (1996), a política mais efetiva não é aquela que se restringe às grandes instituições, mas a que emana dos agenciamentos coletivos de enunciação. Esses agenciamentos ocorrem quando um grupo de pessoas, ao compartilhar um espaço e uma ética de cuidado, começa a formular novas linguagens e modos de existência que não estavam previstos pelo sistema. É o momento em que o "espaço seguro" se torna um "espaço político" de experimentação.

A transição para o ativismo cotidiano exige que o foco saia da mera sobrevivência para a invenção. Rolnik (2018) argumenta que a vida "não cafetinada" é aquela que se recusa a ser moldada pelas fôrmas do capitalismo cognitivo. No microuniverso desses ambientes, esse ativismo se manifesta na reinvenção das formas de se relacionar, amar e, sobretudo, cuidar. O cuidado deixa de ser uma tarefa doméstica ou assistencial e passa a ser uma ferramenta política de resistência à desumanização imposta pela lógica colonial-capitalística.

É no cotidiano desses territórios que se exercita a "política do sensível". Conforme aponta Costa (2017), as microterritorialidades urbanas das dissidências sexuais são formas de resistência que operam na escala do corpo e do encontro. O ativismo, portanto, não é apenas o evento extraordinário da passeata ou do protesto, mas a manutenção diária de um espaço onde o afeto e a solidariedade substituem a competição e o medo. O laboratório político é, antes de tudo, um lugar onde se ensaia a liberdade nas pequenas decisões.

A força desses agenciamentos coletivos reside na sua capacidade de "desestabilizar as coordenadas de mundo" (Rolnik, 2018, p. 89). Quando pessoas trans, travestis e não binárias, por exemplo, gerem coletivamente uma casa ou um centro de cultura, elas estão produzindo um saber político que questiona a estrutura da família nuclear e a propriedade privada. Esse laboratório testa a viabilidade de redes de apoio que não dependem do Estado ou do mercado para garantir a dignidade da vida.

Além disso, a transição para a ação envolve a transformação do mal-estar individual em potência coletiva. Guattari e Rolnik (1996, p. 30) afirmam que "um agenciamento não é um conjunto de indivíduos, mas uma conectividade de fluxos". O espaço seguro provê a infraestrutura para que esses fluxos de desejo se conectem. O que antes era uma dor silenciosa e fragmentada torna-se, no coletivo, uma enunciação política que reivindica não apenas o direito à vida, mas o direito a uma vida vibrante e criativa.

Esse ativismo cotidiano também se manifesta na ocupação simbólica da cidade. Conforme Ramos (2019) observa na experiência da Casa 1, a política de visibilidade e abertura cria fissuras na paisagem urbana. O espaço deixa de ser um "gueto" escondido e passa a interagir

com a vizinhança, forçando o entorno a lidar com a presença de corpos dissidentes. Essa fricção é um componente essencial do laboratório político, pois testa a capacidade do território de expandir sua influência micropolítica para além de suas paredes.

O espaço como laboratório político é o que impede que a identidade se torne uma estagnação. Enquanto o mercado deseja identidades fixas para vender estilos de vida, o agenciamento micropolítico promove a diferenciação constante. Como ressalta Rolnik (2018), a insurreição subjetiva depende de mantermos a capacidade de sermos afetados pelo estranhamento. O laboratório político é o lugar onde o estranho é acolhido e transformado em possibilidade de futuro, permitindo que a comunidade LGBTQIAPN+ não apenas resista ao presente, mas invente ativamente o amanhã.

2.3 A construção coletiva de narrativas: como esses ambientes combatem a hegemonia

A disputa pela hegemonia não se trava apenas no campo institucional, mas, fundamentalmente, na produção de sentidos e narrativas sobre a vida. Em ambientes LGBTQIAPN+, a convivência cotidiana e a partilha de trajetórias individuais dão origem ao que podemos chamar de "insurreição narrativa". Trata-se de um movimento de recusa das representações dominantes que, historicamente, relegaram esses corpos ao lugar da patologia, do crime ou do exótico. Ao produzirem suas próprias versões da realidade, esses espaços confrontam o que Rolnik (2018) descreve como a captura da nossa capacidade de fabular mundos.

Essa insurreição manifesta-se com vigor na produção de cultura e na preservação da memória. Como discute Vicente (2024), a paisagem cultural construída por esses grupos em cidades médias e grandes centros é uma forma de materializar uma existência que a necropolítica tenta tornar invisível. Ao registrar suas histórias, festas, lutos e lutas, esses ambientes criam um arquivo vivo que desafia o apagamento histórico. A memória, nesse sentido, é uma ferramenta micropolítica: ela impede que o corpo vibrátil seja silenciado pela repetição dos traumas impostos pela norma (Rolnik, 2018).

A produção de saber nesses ambientes rompe com a lógica do "especialista" externo que fala *sobre* a comunidade. Nesses territórios, o saber é produzido *pela e para* a comunidade, gerando agenciamentos de enunciação que subvertem os discursos hegemônicos. Conforme Guattari e Rolnik (1996) afirmam, a subjetividade é produzida por máquinas de expressão; logo, quando um coletivo LGBTQIAPN+ toma para si a produção de sua narrativa, ele está, de fato, produzindo uma nova forma de subjetividade que não é mais "cafetizada" pelos estereótipos da mídia ou da academia tradicional.

É nesse ponto que a provocação de Ferrari e Mazzei (2021) se torna essencial para refletirmos sobre a eficácia política desses locais. Os autores questionam o que são, de fato, os "espaços seguros", sugerindo que a segurança não deve ser uma redoma que isola o sujeito, mas um ponto de partida para o tensionamento com o mundo. O combate à hegemonia ocorre efetivamente quando o grupo não se fecha em uma identidade estática ou em um gueto autorreferenciado. Pelo contrário, o ambiente torna-se um "espaço político" quando ele se abre para a alteridade e aceita o desafio de dialogar, e tensionar, com o "fora".

Essa reflexão, entretanto, exige uma cautela ética para não desconsiderar as condições concretas de violência que permeiam o cotidiano LGBTQIAPN+ no Brasil. É preciso reconhecer que o "gueto", muitas vezes criticado por sua autorreferencialidade, cumpre uma função histórica fundamental como espaço de proteção, sociabilidade e resistência política em um território marcado pela necropolítica. Assim, a crítica à guetização não deve ser lida como um imperativo de exposição vulnerável, mas como uma análise da transição necessária entre o refúgio e a agência política.

O fechamento identitário, em contextos de vulnerabilidade extrema, opera como uma tática de sobrevivência; contudo, o potencial micropolítico desses ambientes reside em garantir que a segurança necessária para a manutenção da vida não se converta em uma paralisia subjetiva. O desafio posto é sustentar o acolhimento como um solo firme que encoraje o sujeito a habitar seu "corpo vibrátil", permitindo que o espaço seguro funcione menos como um isolamento defensivo e mais como um dispositivo de fortalecimento para a disputa de novos mundos possíveis.

Essa abertura para a alteridade impede a cristalização do que Rolnik (2018) chama de "identidade reativa". Se um espaço seguro serve apenas para reforçar uma identidade fechada, ele acaba reproduzindo, internamente, as mesmas lógicas de exclusão do sistema dominante. O verdadeiro potencial insurrecional reside na capacidade de transformar o mal-estar gerado pelo confronto com o diferente em criação política. Para Ferrari e Mazzei (2021), a resistência acontece na fala de si que não busca apenas o conforto, mas a construção de novas maneiras de ser e estar no mundo que forcem a hegemonia a se deslocar.

Portanto, esses ambientes atuam como centros de "descolonização do desejo" ao oferecerem narrativas alternativas ao sucesso, à beleza e à família nuclear. O ativismo das narrativas é o que permite que um jovem LGBTQIAPN+ enxergue possibilidades de futuro que não sejam o isolamento ou a morte. Ao coletivizar o que era tido como um "problema individual", esses espaços transformam a vulnerabilidade em força narrativa. Como aponta

Vicente (2024), a representação da paisagem e da cultura pública desses grupos é o que garante que a dissidência seja reconhecida como um componente legítimo e vital do tecido social.

Dessa forma, a construção coletiva de narrativas funciona como um antídoto à fragmentação subjetiva. Ao conectar as "notas para uma vida não cafetinada" (Rolnik, 2018), esses ambientes permitem que a comunidade escreva sua própria cartografia do desejo. O combate à hegemonia, portanto, não é apenas uma reação ao opressor, mas a afirmação positiva de uma vida que transborda os limites impostos. O espaço seguro se confirma como espaço político quando se torna o lugar de onde se anuncia que outros mundos já estão sendo vividos e narrados aqui e agora.

3 CONCLUSÃO: A ÉTICA DO CUIDADO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

A reflexão proposta ao longo deste ensaio conduz à compreensão de que, nos ambientes LGBTQIAPN+, o cuidado e a política não são instâncias separadas, mas faces de uma mesma moeda micropolítica. A segurança oferecida por esses espaços é o que possibilita a reconquista da dignidade, mas é a sua dimensão política que impede que essa dignidade seja novamente capturada. Ao sintetizarmos essa trajetória, do acolhimento inicial à construção de narrativas insurrectas, percebemos que o objetivo final desses territórios é a instauração de uma ética do cuidado que sirva como prática efetiva de liberdade.

Neste ponto, é imperativo lançar um alerta sobre o risco da despolitização do cuidado. Um "espaço seguro" que se limita ao assistencialismo ou que se fecha em uma bolha de conforto sem diálogo com o mundo corre o risco de ser, ele próprio, "cafetinado" pelo sistema. Como adverte Rolnik (2018), o regime colonial-capitalístico é extremamente ágil em transformar a dor das minorias em um nicho de mercado, a chamada "diversidade de fachada". Para evitar essa captura, o ambiente de acolhimento deve, permanentemente, reinstaurar a pulsão criativa da vida, garantindo que o sujeito não seja apenas um beneficiário passivo, mas um agente de transformação da sua própria realidade.

A dimensão micropolítica dos ambientes LGBTQIAPN+ reside, portanto, em sua natureza híbrida: eles são, simultaneamente, úteros de cura e trincheiras de resistência. São úteros porque permitem a gestação de subjetividades que foram abortadas pela norma; e são trincheiras porque defendem o direito a essas existências no espaço público. O conceito de "espaço seguro" só cumpre sua função ética e social se for, em sua essência, um "espaço político". Sem a política, o cuidado torna-se paliativo; sem o cuidado, a política torna-se desumana.

Em última análise, reafirmamos que o direito à existência das dissidências sexuais e de gênero não se garante apenas por leis ou decretos macropolíticos, mas pela reinvenção constante da subjetividade em espaços que sustentam o corpo vibrátil. Como sugerido pelas provocações de Ferrari e Mazzei (2021) e pelas cartografias do desejo de Guattari e Rolnik (1996), a resistência mais profunda é aquela que se dá no nível do sensível. O ensaio conclui que os ambientes LGBTQIAPN+ são vitais para a democracia não por serem guetos de proteção, mas por serem laboratórios de um futuro onde a vida, finalmente não cafetinada, possa florescer em toda a sua pluralidade e potência de diferenciação.

Referências

- BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos; CARVALHO, Angelita Alves de. Espaço Urbano, Redes de Sociabilidade e Políticas de Saúde LGBTI+: Um Panorama a partir da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019. In: **Anais do XIX Encontro Nacional da ANPUR**. Belém: ANPUR, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/21260>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorializações e microterritorialidades urbanas. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 10-30, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/10598>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- DUARTE, Marco José de Oliveira; OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 118-133, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60303>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- FERRARI, Anderson; MAZZEI, Luiz Davi. Quais são os "espaços seguros" para as homossexualidades? **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 4, n. 12, p. 30-51, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/245934>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LEITE, Maiara Sanches; ZANETTI, Valéria Regina; TONIOLO, Maria Angelica. Territorialidades LGBTs: um estudo da República e do Baixo Augusta no centro da cidade de São Paulo. **Sociedade e Território**, v. 32, n. 1, p. 96-114, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/19925>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- RAMOS, Jesser R. de Oliveira. "É só pra pessoas LGBTs isso daqui?": a produção de espaços visíveis e abertos como formas de fazer política pela Casa 1. **Revista EntreRios**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5234>. Acesso em: 21 de abr. 2026.
- ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VICENTE, Caio Campos Monteiro. **A representação da paisagem LGBTQ+ de cultura pública/privada de Ourinhos**: diálogos e reflexões no ambiente de cidades médias. 2024. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2024. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_f1c84667c281e6924d0782f1117dbbcd. Acesso em: de abr. de 2026.